



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Onyx Dornelles Lorenzoni, informações sobre desqualificação e censura impostas ao INPE, IBGE e FIOCRUZ, entidades públicas responsáveis e especializadas pela elaboração de dados e estudos para ações governamentais .

Considerando que a Lei nº 13.844, de 2019, oriunda da conversão da Medida Provisória nº 870, de 2019 e edição da Medida Provisória pendente nº 886, de 2019, compete à Casa Civil da Presidência da República, assistir diretamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente, (a) na coordenação e na integração das ações governamentais; (b) na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais; (c) na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal; e (d) na coordenação e acompanhamento das atividades dos Ministérios e da formulação de projetos e políticas públicas;

Considerando, ainda, que as seguintes entidades, INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e



Estatística) e FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz) sofreram ameaça de censura e de desqualificação aos seus trabalhos e impedidas de divulgar, respectivamente, dados sobre desmatamento; informações sobre desemprego e estudos sobre drogas, inclusive, por ministros de Estado e pelo Presidente da República;

Nesse termos, indaga-se:

1. A Casa Civil propõe, ou está em vias de estabelecer, que as informações institucionais, notícias e serviços públicos prestados pelo Governo federal serão disponibilizados de maneira centralizada?
2. Por que o atual governo Bolsonaro quer centralizar a divulgação de dados e notícias de entidades integrantes da União?
3. O Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República tem acesso, prévio, ao conteúdo dos dados e estudos elaborados e que serão disponibilizados ao público em geral produzidos pelo INPE, IBGE e FIOCRUZ?
4. A Casa Civil solicitou, ou solicita, informações sobre os dados e estudos produzidos pelo INPE, IBGE e FIOCRUZ que desagradaram o governo Bolsonaro ao ponto dessas entidades sofrerem ameaças de censura e desqualificação do trabalho? Se positivo, qual o fundamento jurídico da solicitação? Quais os ritos procedimentais seguidos pela Casa Civil para efetivar essa solicitação? Anexar cópia dos despachos e comunicações referentes à solicitação.
5. Houve pedido, por parte da Casa Civil, de informação ao INPE, IBGE e FIOCRUZ sobre os dados divulgados sobre desmatamento, desemprego e política de drogas que contrariam os interesses propagandísticos do governo Bolsonaro? Houve questionamento ou solicitação de esclarecimento, por parte da Casa Civil, aos dirigentes dessas entidades acerca da divulgação daqueles

dados e estudos? Caso positivo, qual o fundamento jurídico, respectivamente, da solicitação de informação e solicitação de esclarecimento ou questionamento? Quais informações foram solicitadas? Qual o rito procedimental seguido pela Casa Civil para tais solicitações? Anexar à resposta os despachos e comunicações referentes à solicitação.

6. O Sr. Ministro Chefe da Casa Civil, em algum momento, dialogou e pontuou sobre prudência, verificação da veracidade dos dados e dos estudos, bem como de comunicação não violenta com o presidente da República e/ou Sr. Ministros do Meio Ambiente (Ricardo Salles) e Sr. Ministro da Cidadania (Osmar Terra) após os incidentes envolvendo o INPE, IBGE e FIOCRUZ?

JUSTIFICAÇÃO

Em permanente hiperatividade verbal atordoante o governo Bolsonaro ameaça de censura e desqualifica os trabalhos do INPE (Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais), IBGE (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística) e FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz), o que indica sintoma de ataque às entidades públicas responsáveis pela elaboração de dados e informações que subsidiam a produção de políticas públicas.

A revista semanal VEJA noticiou: "O presidente Jair Bolsonaro afirmou neste domingo, 4, que determinou a exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, ao ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. De acordo com Bolsonaro, o presidente da República deveria ter sido avisado antes da divulgação de dados do instituto, que apontaram um aumento

de 88% no desmatamento no país em junho em relação ao mesmo período no ano passado. Disse ainda que não havia mais clima para a manutenção de Galvão no cargo. Eu não peço certas coisas. Eu mando. Por isso que sou presidente".

O Jornal VALOR colaciona a seguinte reportagem citado ao final vários exemplos de ataques ao IBGE: "o presidente Jair Bolsonaro criticou o IBGE por causa dos dados sobre desemprego no Brasil. Segundo o IBGE, o desemprego no país foi de 12,4%, em média, no trimestre encerrado em fevereiro, com 13,1 milhões de desempregados. Isso representa alta em relação ao trimestre anterior e estabilidade em relação ao ano passado, nas duas métricas. Não é a primeira vez que o governo tece críticas ao órgão responsável pelas estatísticas oficiais do país. Tanto Bolsonaro como o ministro da Economia, Paulo Guedes, já haviam questionado o trabalho do IBGE em outras ocasiões".

Ademais, "em entrevista ao jornal O Globo, publicada em 28 de maio de 2019, o ministro Osmar Terra (Cidadania) questionou a validade científica do estudo (Entre 2014 e 2017, a Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz desenvolveu o 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, com financiamento de R\$ 7 milhões do governo federal. A respeito da Fiocruz, declarou: É prestigiada para fazer vacina, para fazer pesquisa de medicamento. Agora, para droga, ela tem um viés ideológico de liberação das drogas".

Segundo vários textos de cientistas políticos e articulistas, trata-se de estratégia populista, porque cria uma cortina de fumaça para tirar do foco a crise social referente a 12 milhões de desempregados, bem como denúncias contra vários membros do governo e até filhos. Aliás, escreveram esses analistas, quando o Presidente alimenta as críticas da sociedade ao Congresso e a diferentes instituições, a rigor esse o comportamento pode ser chamado de estratégica. "Ele (Bolsonaro) está testando elevar uma polarização para ver como a população reage. Vai culpar o Congresso e as instituições por tudo que não consegue fazer, afirmou o cientista político da Unicamp Oswaldo Amaral. Parece um balão de ensaio para

ver quantas pessoas vai arregimentar com esse tipo de discurso. Está colocando a figura dele contra as instituições democráticas e quer o apoio do povo para isso, o que é típico do populismo".

Considerando que compete à Casa Civil da Presidência da República, assistir diretamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente, (a) na coordenação e na integração das ações governamentais; (b) na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais; (c) na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal; e (d) na coordenação e acompanhamento das atividades dos Ministérios e da formulação de projetos e políticas públicas, portanto, o presente requerimento se faz presente ao Ministro Chefe da Casa Civil do governo para se verificar o compromisso com esse estado de desrespeito às instituições e ao sistema democrático - em um vale tudo pela baixa política. Afinal, os vitupérios assinalados pelo governo Bolsonaro dirigiu-se às instituições e entidades públicas de produção científica e que prestam informações e dados para formulação e efetividade das ações e políticas públicas.

Sala das Sessões, de de .

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)